

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 55 (cinquenta e cinco) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

Língua Portuguesa		Conhecimento de Informática		Raciocínio Lógico		Conhecimentos de Direito		Conhecimentos Específicos	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 16	2	17 a 21	1	22 a 26	1	27 a 35	1	36 a 55	3

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal ao término da prova.

02- **É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A CONFERÊNCIA DO NÚMERO DO CADERNO DE PROVA NO CARTÃO RESPOSTA.** Caso não sejam compatíveis, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03- Verifique se este material está em ordem (tais como se a seqüência de páginas está correta e se o número de questões confere com o quadro da alínea “a” do item 1) e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

04- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

05- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha de respostas somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior - **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA.**

06- Na prova objetiva, as questões são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.

07- Na Folha de Respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.

08- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma, de mais de uma alternativa ou da rasura de qualquer natureza (borracha, corretivo, etc) anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA.**

09- Na Folha de Respostas, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TUDO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos "espaços em branco" possível dentro do retângulo, sem invadir os limites do retângulo ao lado.

10- Será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos na folha de respostas da prova objetiva. Ao candidato somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva ao final do horário previsto para o término da prova (conforme item 9.17 do edital).

11- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:

a) Se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e a Folha de Respostas.**

12- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO CONSIDERADOS.**

13- Quanto terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA.**

14- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA É DE 4 (QUATRO) HORAS.**

**“É no coração do homem que reside o princípio e o fim de todas as coisas”
(Leon Tolstói)**

TEXTO I

População feminina em situação de prisão no Brasil triplica em menos de 10 anos

Hoje, a população feminina em situação de prisão no Brasil é formada por 27.762 mulheres, o que corresponde a 6,3% da população carcerária total de 440.013 pessoas presas no País. Em 2003, eram registradas mais de 9 mil detentas.

Crescimento da população feminina e da violação dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão. Essa foi uma das constatações em comum apresentadas por representantes governamentais e da sociedade civil de Brasil, Argentina e Paraguai durante o seminário “Mulheres em Situação de Prisão: Diagnósticos e desafios na implementação de políticas integradas no âmbito do Mercosul”, evento que se encerra hoje (28/10), em Brasília.

“Até na mais terrível situação que é a perda da liberdade, homens e mulheres são desiguais”, disse a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) ao inaugurar o seminário, ontem (27/10) à tarde. Para a ministra, a desigualdade se manifesta de muitas formas como “na negação dos direitos sexuais e reprodutivos e às visitas íntimas”.

Para Nilcéa Freire, um grande momento para visibilizar a situação das mulheres em situação de prisão no Brasil será a realização do Mutirão de Revisão Processual, que será lançado na próxima semana, em 3 de novembro, em São Paulo. “Esse vai ser um passo importante, vamos mostrar para a sociedade o abandono das famílias, da advocacia e o comprometimento da vida de mulheres que poderiam estar em outro regime”, acrescentou a ministra da SPM.

A ministra Ana Cabral, diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério de Relações Exteriores, considerou que “a questão das mulheres em situação de prisão precisa ganhar mais visibilidade” para pressionar as autoridades a criarem políticas públicas e combaterem as causas que levam as mulheres ao mundo do crime.

Crescimento vertiginoso

“Em menos de 10 anos, a população carcerária feminina triplicou. Eram pouco mais de 9 mil detentas. Hoje são 27.762 mulheres em situação de prisão. Passou de menos de 3% para 6,03%”, apontou André Luiz de Almeida e Cunha, diretor de Políticas Penitenciárias, do Ministério da Justiça. Na abertura do seminário, Cunha informou que as mulheres chegam às prisões por causa de um fenômeno social. “Quase metade das mulheres está presa por causa do tráfico de drogas. Boa parte por conta do tráfico passivo”. Ao comentar essa realidade, Cunha enfatizou que a situação das mulheres é muito diferente da dos homens. “A mulher carcerária é muito mais fragilizada, ela é abandonada pelo homem logo nos primeiros dias ou meses de cárcere. Já os homens presos são acompanhados por suas companheiras até o último dia da pena”, afirmou Cunha. O diretor de Políticas Penitenciárias do Ministério da Justiça classificou “essa área” como muito “difícil para a gestão pública” e pontuou: “O Depen quer reverter esse quadro. Começamos pela transparência do diagnóstico”.

Retrato do sistema prisional brasileiro

Hoje, a população feminina em situação de prisão no Brasil é formada por 27.762 mulheres, o que corresponde a 6,3% da população carcerária total de 440.013 pessoas presas no País. O delito criminoso mais cometido pelas mulheres é o tráfico de drogas, causa de 43,75% das prisões. A maioria das mulheres está em regime fechado (47,37%), seguido pelo semi-aberto (35,40) e provisório (17,09%). Está na faixa de 18 a 24 anos (27,15) e de 25 a 29 anos (24,35). São elas pardas (44,07%), brancas (37,88%) e negras (16,41%).

Entre as estrangeiras, as bolivianas (22,7%) aparecem em primeiro lugar, sendo seguidas pelas sul-africanas (17,17%). Dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) também indicam que 2% das mulheres em situação de prisão no Brasil estão grávidas ou em período de lactação. A cobertura do sistema penitenciário no País possui 58 estabelecimentos prisionais femininos e 450 com espaços reservados para as mulheres.

fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO (QUA, 29 DE OUTUBRO DE 2008 20H42MIN)

(Fórum de Promotoras Legais Populares do Distrito Federal. Sessão Justiça, 28/10/2008. Disponível em: http://www.forumplp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=912:populacao-feminina-em-situacao-de-prisao-no-brasil-triplica-em-menos-de-10-anos&catid=137:dh2&Itemid=314)

*** LÍNGUA PORTUGUESA *****Questão 1**

Predomina no texto I a seguinte característica do gênero reportagem:

- A) expressão do juízo de um jornalista sobre um assunto.
- B) manifestação apócrifa, em forma de editorial.
- C) impressão sobre um fato do cotidiano.
- D) comentário acerca de um acontecimento.
- E) exposição e apreciação de um fato.

Questão 2

A palavra cuja formação se dá pelo mesmo processo de “visibilizar” é

- A) diagnóstico.
- B) desigualdade.
- C) relação.
- D) encerrar.
- E) pressionar.

Questão 3

“Para a ministra, a desigualdade se manifesta de muitas formas como ‘na negação dos direitos sexuais e reprodutivos e às visitas íntimas’.”

O fragmento destacado acima é parcialmente contraditório em relação ao seguinte trecho:

- A) “Hoje, a população feminina em situação de prisão no Brasil é formada por 27.762 mulheres, o que corresponde a 6,3% da população carcerária total de 440.013 pessoas presas no País.”
- B) “Dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) também indicam que 2% das mulheres em situação de prisão no Brasil estão grávidas ou em período de lactação.”
- C) “Cunha informou que as mulheres chegam às prisões por causa de um fenômeno social. ‘Quase metade das mulheres está presa por causa do tráfico de drogas. Boa parte por conta do tráfico passivo.’”
- D) “A mulher carcerária é muito mais fragilizada, ela é abandonada pelo homem logo nos primeiros dias ou meses de cárcere.”
- E) “ ‘a questão das mulheres em situação de prisão precisa ganhar mais visibilidade’ para pressionar as autoridades a criarem políticas públicas e combaterem as causas que levam as mulheres ao mundo do crime.”

Questão 4

Sobre a presença feminina no sistema prisional brasileiro, de acordo com o texto I, pode-se afirmar que:

- A) cerca de 40% são estrangeiras
- B) mais da metade não é branca
- C) quase metade está presa por tráfico passivo de drogas
- D) em menos de 10 anos a porcentagem de presas triplicou
- E) mais de 500 penitenciárias são femininas

Questão 5

Ao longo do texto I, aparecem algumas preocupações acerca da situação das mulheres em ambiente prisional. Marque a única alternativa INCORRETA a esse respeito:

- A) a existência de mulheres cujos processos precisariam ser revistos.
- B) a desigualdade existente entre homens e mulheres em situação de prisão.
- C) a necessidade de criação de políticas para combater as causas da criminalidade feminina.
- D) o abandono da mulher pelo companheiro causado pela fragilidade feminina.
- E) o crescimento do número de mulheres em situação de prisão.

Questão 6

O texto I apresenta uma série de trechos em discurso direto. Sobre eles, pode-se afirmar que

- A) aproximam a voz do enunciador citante à do citado, mesclando o que é dito no discurso relatado direto com o resto do texto.
- B) criam o efeito de autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas que foram efetivamente proferidas.
- C) recriam o dito por outros sem que haja uma ruptura sintática no texto, o que melhora a sua coesão.
- D) atribuem, igualmente, ao enunciador citado e ao citante a responsabilidade pelo dito, fato importante em textos jornalísticos.
- E) têm o objetivo de dar um caráter oral espontâneo ao texto, requisito importante do gênero do texto em questão.

Questão 7

“Em menos de 10 anos, a população carcerária feminina triplicou. Eram pouco mais de 9 mil detentas. Hoje são 27.762 mulheres em situação de prisão”

No trecho acima destacado, é possível, sem alterar o sentido, substituir os pontos pelos seguintes elementos de coesão, respectivamente:

- A) portanto / quando.
- B) mas / embora.
- C) pois / e.
- D) porque / ou.
- E) ora / então.

Questão 8

“Em menos de 10 anos, a população carcerária feminina triplicou. Eram pouco mais de 9 mil detentas. Hoje são 27.762 mulheres em situação de prisão”

No texto I, a exemplo do fragmento acima, utiliza-se abundantemente o seguinte recurso lexical de coesão:

- A) sinonímia.
- B) paronímia.
- C) homonímia.
- D) hiponímia.
- E) antonímia.

TEXTO II
QUALIFICAÇÃO

Não existe um consenso sobre se a elite também vai para a cadeia nos países desenvolvidos porque as cadeias são melhores ou se as cadeias são melhores porque a elite as frequenta. Não importa. O fato é que se pode prever um sensível aprimoramento de instalações e serviços nas nossas prisões com a qualificação progressiva da sua população.

Um sistema de cotações — cinco estrelas para prisões com celas executivas, por exemplo — e a possibilidade de o condenado escolher sua penitenciária assegurariam o funcionamento do sistema em bases saudavelmente empresariais. As empreiteiras teriam interesse redobrado em construir boas penitenciárias, e as financeiras em financiá-las, para garantir sua participação num novo e lucrativo mercado e porque a qualquer hora elas poderiam receber seus executivos, para os quais reservariam as coberturas.

O novo e saudável hábito de prender corruptos pode ter desdobramentos inesperados. A inevitável melhora dos serviços penitenciários serviria como incentivo para confissões voluntárias. Acabariam as lutas jurídicas, a indústria de liminares e a proliferação de habeas-corpus, desafogando o nosso sistema judiciário, já que muitos acusados prefeririam reconhecer sua culpa e ir logo para a cadeia, escolhendo a que tivesse melhor bar ou ginásio, ou de acordo com a programação da TV a cabo.

Conhecendo-se a nossa indústria construtora, haveria o risco de as construções de luxo excluírem as construções populares, como já acontece no mercado de imóveis, e de os criminosos comuns ficarem sem cadeia, o que aumentaria a insegurança das ruas. Mas dentro dos muros de penitenciárias modernas e confortáveis, a elite brasileira viveria o seu sonho de segurança total: guardas 24 horas por dia e o convívio exclusivo dos seus pares.

(VERÍSSIMO, Luís Fernando. “O Globo”, 2/7/2000.)

Questão 9

Quanto ao gênero, o texto II é um(a)

- A) crônica.
- B) conto.
- C) artigo.
- D) ensaio.
- E) comentário.

Questão 10

Sobre o título do texto II, é correto afirmar que

- A) é contraditório com o assunto do texto.
- B) é fundamental para a compreensão do assunto do texto.
- C) pressupõe que o leitor já conhece o assunto do texto.
- D) relaciona-se adequadamente ao assunto do texto.
- E) cria um paralelismo com o assunto do texto.

Questão 11

Considerando o texto II globalmente, pode-se afirmar que é rico em:

- A) metáforas.
- B) ironias.
- C) eufemismos.
- D) catacreses.
- E) disfemismos.

Questão 12

“Não existe um consenso sobre se a elite também vai para a cadeia nos países desenvolvidos porque as cadeias são melhores ou se as cadeias são melhores porque a elite as frequenta.”

Sobre esse fragmento, podemos afirmar que é

- A) metalinguístico, pois se apresenta como um jogo entre enunciados contrários.
- B) metafórico, já que substitui um termo pelo outro e cria uma dualidade de significados.
- C) alegórico, porque o jogo com a ordem dos enunciados gera uma mudança semântica.
- D) intertextual, visto que se repete uma forma de enunciado que circula em nossa sociedade.
- E) causal, tendo em vista que leva a uma contradição lógica de causa e efeito.

Questão 13

“Um sistema de cotações – cinco estrelas para prisões com celas executivas, por exemplo – e a possibilidade de o condenado escolher sua penitenciária (...).”

O trecho entre travessões mantém com o termo anterior uma relação

- A) explicativa.
- B) enumerativa.
- C) proporcional.
- D) distributiva.
- E) enfatizadora.

Questão 14

O uso repetido, ao longo do texto II, de verbos no Futuro do Pretérito sugere

- A) possibilidade.
- B) desejo.
- C) certeza.
- D) cortesia.
- E) pessimismo.

Questão 15

No texto II, a causa do aprimoramento de instalações e serviços das cadeias é

- A) a prisão de corruptos.
- B) a prisão de corruptos.
- C) o interesse das empreiteiras.
- D) as confissões voluntárias.
- E) a insegurança das ruas.

Questão 16

A respeito das visões sobre sistema prisional apresentadas nos textos I e II, é possível afirmar que são

- A) inadequadas.
- B) reais.
- C) inexistentes.
- D) contraditórias.
- E) complementares.

*** CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA *****Questão 17**

Em qual tipo de memória ficam armazenadas as configurações do setup da placa-mãe?

- A) RAM
- B) CACHE
- C) ROM
- D) CMOS
- E) DDR

Questão 18

Qual tipo de servidor utilizado para converter os nomes digitados na barra de endereços de um navegador para um endereço IP válido?

- A) ISP
- B) SMTP
- C) Proxy
- D) DHCP
- E) DNS

Questão 19

Qual sequência de ações está correta no Sistema Operacional Windows XP para excluir, em definitivo e de uma única vez, um conjunto alternado de arquivos contidos em um determinado diretório?

- A) Para selecionar os arquivos: Tecla Shift + Clique do Mouse sobre cada arquivo alvo. Para apagá-los permanentemente: Tecla Shift + Tecla Delete.
- B) Para selecionar os arquivos: Tecla Ctrl + Clique do Mouse sobre cada arquivo alvo. Para apagá-los permanentemente: Tecla Shift + Tecla Delete.
- C) Para selecionar os arquivos: Tecla Shift + Clique do Mouse sobre cada arquivo alvo. Para apagá-los permanentemente: Tecla Delete.
- D) Para selecionar os arquivos: Tecla Ctrl + Clique do Mouse sobre cada arquivo alvo. Para apagá-los permanentemente: Tecla Delete.
- E) Para selecionar os arquivos: Clique do Mouse sobre cada arquivo alvo. Para apagá-los permanentemente: Tecla Delete.

Questão 20

Das sentenças abaixo, relativas ao Microsoft Office Excel,

- I. Cada célula é definida por uma coordenada exclusiva.
- II. A barra de fórmulas não pode ser retirada de seu lugar.
- III. A planilha é uma área retangular de 256 colunas por 16384 linhas.
- IV. DESVPAD, FREQUÊNCIA, MÁXIMO, MED E TENDÊNCIA são algumas de suas funções.
- V. As fórmulas sempre começam com o sinal “+” seguido por uma função.

Estão corretas:

- A) I, III, IV e V, apenas.
- B) II, IV e V, apenas.
- C) III e V, apenas.
- D) I, II e V, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

Questão 21

Das sentenças abaixo, relativas à segurança de computadores e sistemas,

- I. Um dos principais objetivos da criptografia é impedir a invasão de redes.
- II. O certificado digital é um arquivo eletrônico que contém dados de uma pessoa ou instituição, utilizados para comprovar sua identidade.
- III. Um antivírus é capaz de impedir que um hacker tente explorar alguma vulnerabilidade existente em um computador.
- IV. Vírus, keyloggers, worms e cavalos de tróia são alguns dos exemplos de Malware.

Estão corretas:

- A) II e IV, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

*** RACIOCÍNIO LÓGICO *****Questão 22**

Numa escola de línguas que possui 200 alunos, sabe-se que 120 estudam inglês, 90 estudam espanhol e 50 estudam francês. Sabendo-se que nenhum aluno estuda simultaneamente as três línguas, a probabilidade de que um aluno da escola, escolhido ao acaso, estude duas línguas é:

- A) 7/20
- B) 3/10
- C) 9/20
- D) 1/10
- E) 3/20

Questão 23

Considere um número divisível por 6, composto por 3 algarismos distintos e pertencentes ao conjunto

$A = \{3,4,5,6,7\}$. A quantidade de números que podem ser formados sob tais condições é:

- A) 6
- B) 7
- C) 9
- D) 10
- E) 8

Questão 24

Os conjuntos A, B e C possuem elementos em comum. As quantidades de elementos de todas as possíveis interseções definidas a partir desses conjuntos, juntamente com as quantidades dos elementos dos conjuntos A, B e C, formam uma Progressão Aritmética de sete termos de razão R não nula. Sabendo-se que a interseção dos três conjuntos possui R elementos, a quantidade de elementos pertencente à união dos conjuntos A, B e C é

- A) 10R
- B) 7R
- C) 12R
- D) 15R
- E) 18R

Questão 25

O N-ésimo termo da sucessão (1,5,14,30,55,91,150,...) é representado por AN , sendo N um número inteiro maior do que zero. O valor de $(A50 - A48)$ é:

- A) 4804
- B) 5101
- C) 4901
- D) 5000
- E) 5225

Questão 26

Quatro números primos X1, X2, X3 e X4, todos compostos por três algarismos, formam uma progressão aritmética. A menor soma possível desses números vale:

- A) 420
- B) 432
- C) 440
- D) 449
- E) 442

*** CONHECIMENTOS DE DIREITO *****Questão 27**

O artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil em seu inciso XVII prevê que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. Em relação as a associações é INCORRETO afirmar que:

- A) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;
- B) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;
- C) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
- D) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;
- E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

Questão 28

Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, por isso ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, conforme assegura o artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. Constitucionalmente falando, sobre o processo é correto afirmar que:

- A) ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade federal;
- B) são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, salvo se estas forem emprestadas.
- C) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal absolutória;
- D) será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;
- E) o civilmente identificado será submetido a identificação criminal, conforme as hipóteses previstas em lei;

Questão 29

A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil. Neste sentido, existem cargos que são privativos de brasileiro nato que são os cargos de:

- A) Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Carreira diplomática; Oficial das Forças Armadas; Ministro de Estado da Defesa.
- B) Presidente e Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Presidente do Congresso Nacional; Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Carreira diplomática; Oficial das Forças Armadas; Ministro de Estado da Defesa.
- C) Presidente e Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro do Supremo Tribunal Federal; Carreira diplomática; Oficial das Forças Armadas; Ministro de Estado da Defesa.
- D) Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Presidente do Congresso Nacional; Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Carreira diplomática; Ministro de Estado da Defesa.
- E) Presidente e Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro do Supremo Tribunal Federal; Ministro de Estado da Defesa; Ministro da Fazenda; Presidente do Banco Central.

Questão 30

O Título III da lei 8112 de 11 de dezembro de 1990, trata dos Direitos e Vantagens dos servidores que para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público. Assim, vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, e remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei. Com relação a estes dois institutos é correto afirmar que:

- A) Nenhum servidor poderá perceber, anualmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- B) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
- C) Nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.
- D) Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, a critério do servidor e com reposição de custos, na forma definida em regulamento.
- E) O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, mesmo nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

Questão 31

A lei 8.429 de 2 de junho de 1992, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. O Capítulo V da referida lei trata do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial nos demonstra que qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade. Em relação ao procedimento administrativo e ao processo judicial nestes casos, pode-se afirmar que:

- A) A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º do artigo 14 da referida lei. A rejeição, entretanto impede a representação ao Ministério Público.
- B) A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterà a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- C) Atendidos os requisitos da representação, a autoridade determinará conforme a conveniência e a oportunidade da administração, a apuração dos fatos que, em se tratando de servidores federais, será processada na forma prevista nos arts. 148 a 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e, em se tratando de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares.
- D) A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público, ao Tribunal ou Conselho de Contas e ao Juiz de direito na existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- E) O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas e o Juiz de direito poderá, a requerimento, designar representante com procuração para acompanhar o procedimento administrativo.

Questão 32

A lei de execução penal, a LEP – lei nº 7210/84 prevê em seu art. 10 que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. A assistência estende-se ainda ao egresso. Dessa forma, a assistência será: material; à saúde; jurídica; educacional; social; e religiosa. Com relação a esses tipos de assistência citados é correto afirmar que:

- A) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.
- B) A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento somente médico.
- C) A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados com recursos financeiros para constituir advogado custeado pelo estado.
- D) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar, não sendo necessária, entretanto, a formação profissional do preso e do internado.
- E) A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à carceragem.

Questão 33

O Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça, é órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. São atribuições do Departamento Penitenciário Nacional, EXCETO:

- A) acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o Território Nacional.
- B) assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos nesta Lei.
- C) colaborar com as Unidades Federativas mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais.
- D) estabelecer, mediante convênios com as unidades federativas, o cadastro nacional das vagas existentes em estabelecimentos locais destinadas ao cumprimento de penas privativas de direitos aplicadas pela justiça de outra unidade federativa, em especial para presos sujeitos a regime disciplinar.
- E) colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado.

Questão 34

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos documentos básicos das Nações Unidas e foi assinada em 1948. Nela, são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem. Esta declaração em seu item XIII, prevê que todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado e que todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar. Assim, em relação ao asilo político previsto nesta declaração é correto afirmar que:

- A) Este direito poderá ser invocado mesmo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.
- B) Rege-se pelo princípio da autodeterminação dos povos.
- C) Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
- D) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei
- E) Deverá promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Questão 35

Pedro Leonel Gonçalves, servidor público do Departamento Nacional de Controle de Chuvas, autarquia federal localizada em Brasília, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ocupante do cargo de engenheiro civil, constitui com seus irmãos José Leonel Gonçalves, Maria do Carmo Gonçalves e Vera Gomes da Silva de Gonçalves, sociedade empresária com a denominação “Previtempo Ltda”, com sede no Distrito Federal, cujo principal ramo de atividade é a análise de relatórios meteorológicos e a emissão de relatórios, contendo os riscos de precipitações acima dos padrões de normalidade.

A Sociedade Empresária (Previtempo Ltda) tem o seu capital social dividido em cotas, sendo que, nos termos do contrato social, Maria do Carmo Gonçalves é que exerce o cargo de gerente da pessoa jurídica. Em face de seu cargo, atua, na qualidade de procurador, Pedro Leonel Gonçalves, junto às instâncias administrativas, para a obtenção, em favor de Previtempo Ltda., de certificado exarado pelo Departamento Nacional de Controle de Chuvas, atestando a capacitação técnica da referida empresa, muito embora não tivessem sido preenchidos todos os requisitos legais.

Com relação à conduta de Pedro Leonel Gonçalves, é correto afirmar que ela

- A) não constitui infração administrativa por permitir a Lei nº 8112/90 que Pedro Leonel Gonçalves atue como procurador, junto ao Departamento Nacional de Controle de Chuvas, de parentes até o segundo grau.
- B) constitui infração administrativa por não ter Pedro Leonel Gonçalves solicitado a autorização para a Autoridade Máxima do Departamento Nacional de Controle de Chuvas
- C) não constitui infração administrativa por inexistir o pagamento, a favor de Pedro Leonel Gonçalves, de montante em dinheiro.
- D) constitui infração administrativa por ter Pedro Leonel Gonçalves atuado junto ao Departamento Nacional de Controle de Chuvas, em conduta tipificada como advocacia administrativa.
- E) constitui infração de natureza administrativa por vedar a Lei nº 8112/90 que Pedro Leonel Gonçalves integre o quadro societário de empresa privada.

*** CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS *****Questão 36**

Segundo o disposto no Código de Processo Penal, a realização de exame de sanidade mental de acusado de crime será determinada por

- A) autoridade judiciária - juiz de direito.
- B) autoridade policial - delegado de polícia.
- C) o promotor de justiça.
- D) o diretor da unidade penitenciária, juntamente com o ministro da justiça.
- E) o delegado de polícia juntamente com o defensor do acusado.

Questão 37

O parágrafo único do artigo 26 do Código Penal Brasileiro considera que a presença de algumas patologias mentais, ao momento do crime, podem gerar uma redução da pena a ser imposta ao agente, qual seja

- A) a psicose que retire a capacidade de entender ou de se autodeterminar o caráter criminoso do fato, ao momento da prática ilícita.
- B) o desenvolvimento mental incompleto ou retardado que, à época do ilícito, provoque a ausência da capacidade de entendimento e de autodeterminação diante desse entendimento.
- C) o transtorno de personalidade que reduza a capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de se autodeterminar de acordo com esse entendimento, ao momento da prática ilícita.
- D) a doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado que, à época do crime, resulte em inteira incapacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de se autodeterminar de acordo com esse entendimento.
- E) desenvolvimento mental incompleto ou retardado que, à época do crime, altere significativamente o comportamento do agente que praticou o ilícito.

Questão 38

Em Psiquiatria Legal, a classificação nosológica do retardo mental em leve, moderado, grave e profundo, pode ser representada, na linguagem legal, como

- A) doença mental e desenvolvimento mental incompleto.
- B) perturbação da saúde mental.
- C) desenvolvimento mental incompleto.
- D) desenvolvimento mental retardado.
- E) privação de sentidos.

Questão 39

A síndrome de Ganser, muito comum em presidiários recém-encarcerados, representa quadro psicopatológico de

- A) simulação de sintomas patológicos mentais que desaparecem após a condenação.
- B) alteração do humor com prevalência de agressividade que persiste ao longo de todo o cumprimento da pena.
- C) confusão mental, perda da memória e agressividade, sintomas que não cedem à medicação psiquiátrica habitual.
- D) simulação de sintomas patológicos mentais que persistem após a libertação do cárcere.
- E) demência do tipo vascular, também denominada síndrome pedicular.

Questão 40

A Lei 10.216, denominada Lei da Reforma da Assistência Psiquiátrica, dispõe que a internação psiquiátrica deve:

- A) em todas as suas formas, ser determinada por profissional de saúde mental não médico.
- B) em todas as suas formas, ser determinada por juiz de direito.
- C) em todas as suas formas, ser determinada por psiquiatra.
- D) em todas as suas formas, ser determinada pela autoridade policial.
- E) em todas as suas formas, ser determinada pela autoridade administrativa.

Questão 41

Segundo o que dispõe a lei de drogas (lei 11.343/2006), será isento de pena o agente que,

- A) em razão da dependência ou sob o seu efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada.
- B) em razão da dependência ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento.
- C) em razão da dependência ou sob o efeito de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento.
- D) em razão da dependência ou sob o seu efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou determinar-se de acordo com esse entendimento.
- E) em razão da dependência ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

Questão 42

Diante de quadro de embriaguez pelo álcool ou substância de efeitos análogos, somente poderemos afirmar que ocorreu inimputabilidade quando,

- A) ao momento do crime, o acusado apresentou quadro de embriaguez completa, que o tornou inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se autodeterminar de acordo com esse entendimento.
- B) ao momento do crime, o acusado apresentou quadro de embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior que o tornou inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se autodeterminar de acordo com esse entendimento.
- C) ao momento do crime, o acusado apresentou quadro de embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior que o tornou inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se autodeterminar de acordo com esse entendimento.
- D) o acusado apresentou quadro de embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior que o tornou incapaz de entender o caráter ilícito do fato.
- E) ao momento do crime, o acusado apresentou quadro de embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, que o tornou inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se autodeterminar de acordo com esse entendimento.

Questão 43

Diante da avaliação psiquiátrica do interno, que alcançou os critérios objetivos para obter benefícios de progressão de regime prisional, para opinar favoravelmente ao pleito do detento o médico deverá observar

- A) a existência de condições subjetivas do examinado para alcançar os benefícios de indicadores, para possibilidade maior de voltar a delinquir.
- B) a presença de condições subjetivas do examinado diante da existência de indicadores para maior probabilidade de voltar a delinquir.
- C) a ausência de condições subjetivas do examinado, para alcançar os benefícios diante da inexistência de indicadores, para maior probabilidade de voltar a delinquir.
- D) a inexistência de condições objetivas do examinador que indiquem que ele apresenta maior probabilidade de volta a delinquir.
- E) a existência de condições subjetivas do examinado para alcançar os benefícios diante da inexistência de indicadores, de maior probabilidade de voltar a delinquir.

Questão 44

A lei penal presume a periculosidade dos agentes que, ao momento do crime,

- A) sejam incapazes para o exercício pessoal dos atos da vida civil.
- B) sejam considerados inimputáveis segundo o que dispõe o “caput” do artigo 45 da lei 11.343/2006 (lei de drogas).
- C) sejam inimputáveis segundo o que estabelece o “caput” do artigo 26 do código penal.
- D) sejam portadores de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
- E) tenham cometido crime de homicídio ou roubo.

Questão 45

Cabe ao psiquiatra, compondo a comissão técnica de classificação que opina sobre os internos cumprindo pena de reclusão, estabelecer, prioritariamente, se o condenado apresentar

- A) quadro de patologia mental passada que possa ter interferido em suas condições de discernimento ou manifestação de vontade, à época do crime que lhe foi imputado.
- B) quadro psicopatológico produtivo que possa interferir no comportamento do examinado e prejudique seu processo de reinserção social.
- C) quadro psicopatológico que o torne incapacitado para o exercício pessoal dos atos da vida civil.
- D) quadro patológico que aconselhe seja o interno submetido a novo interrogatório, na forma da lei.
- E) quadro psicopatológico que indique seja o interno submetido a tratamento psicoterápico.

Questão 46

Relativamente aos transtornos de hábitos e impulsos, devemos afirmar que

- A) o transtorno explosivo intermitente é mais comum em mulheres.
- B) a frangofilia está listada como transtorno de hábitos e impulsos na classificação internacional de doenças – 10ª edição.
- C) os antipsicóticos atípicos são medicamentos indicados no tratamento da cleptomania.
- D) episódio maníaco não faz parte do diagnóstico diferencial do jogo patológico.
- E) a fenomenologia da tricotilomania e do transtorno obsessivo-compulsivo prevalece.

Questão 47

No transtorno obsessivo-compulsivo (toc), o uso de antipsicóticos atípicos constitui estratégia de potencialização para pacientes não-responsivos; aos antidepressivos, entretanto, poderá provocar agravamento dos sintomas do toc o seguinte antipsicótico atípico:

- A) Clozapina.
- B) Olanzapina.
- C) Risperidona.
- D) Quetiapina.
- E) Aripipazol.

Questão 48

Não constitui diagnóstico diferencial de transtorno de pânico

- A) a enxaqueca.
- B) o feocromocitoma.
- C) o prolapso mitral.
- D) a asma brônquica.
- E) o mal de Parkinson.

Questão 49

Após uma semana de uso de haloperidol, 15mg ao dia, jovem de 17 anos passa a apresentar espasmos musculares dolorosos no pescoço, protusão da língua, disartria e crise oculógira. O tratamento de urgência e de primeira escolha é

- A) prometazina – 25 mg / ev.
- B) diazepam – 10 mg / vo.
- C) biperideno – 2 mg / vo de 8 / 8 hs.
- D) biperideno – 2 mg / im.
- E) prometazina – 25 mg / vo de 12 / 12 hs.

Questão 50

É fundamental que os pacientes recebam informações claras e compreensíveis, principalmente quando integram população vulnerável, como dos encarcerados. Isso deve ser visto como uma manifestação de respeito ao princípio ético de

- A) beneficência.
- B) autonomia.
- C) paternalismo.
- D) veracidade.
- E) justiça.

Questão 51

O transtorno factício se diferencia da simulação porque,

- A) a simulação somente ocorre na psicose.
- B) no transtorno factício, a produção de sintomas é inconsciente.
- C) no transtorno factício, os sintomas são dirigidos ao próprio paciente, enquanto, na simulação, são dirigidos ao examinador.
- D) o simulador produz conscientemente os sintomas.
- E) na simulação a motivação é consciente.

Questão 52

Qualquer perícia médica que implique a realização de exames físico e mental de uma pessoa não pode prescindir do consentimento informado, livre e esclarecido do periciado para que seja executada. No caso de ser o periciado menor de idade ou legalmente incapaz, o médico perito deve

- A) ignorar a necessidade de consentimento livre e esclarecido.
- B) informar ao juiz sobre a impossibilidade de realização do exame.
- C) obter o consentimento esclarecido com o representante legal do periciado.
- D) realizar os exames na presença de outros colegas.
- E) solicitar que o periciado assine um documento informando estar de acordo com a perícia.

Questão 53

O exame pericial indireto

- A) estabelece apenas uma presunção.
- B) não é aplicável em perícia psiquiátrica.
- C) dispensa a informação anamnética de pessoas interessadas no caso.
- D) exige uma junta médica para a sua realização.
- E) pode ser conclusivo.

Questão 54

O quadro psiquiátrico mais frequente na fase de puerpério é

- A) disforia (blues).
- B) mania.
- C) depressão.
- D) psicose.
- E) delirium.

Questão 55

O anticonvulsivante que apresenta maior eficácia na depressão bipolar é

- A) gabapendina.
- B) lamotrigina.
- C) carbamazepina.
- D) valproato.
- E) topiramato.